

A LEITURA E A LITERATURA NA EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS: UM ESTUDO A PARTIR DA BNCC E DO DOCUMENTO CURRICULAR DA PARAÍBA

Eliane Marques Paulo Batista¹
Camilla Arcanjo da Silva²
Laís Paula de Medeiros³

RESUMO

A leitura e a literatura são elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e para o convívio em sociedade. Através delas, é possível acessar diferentes culturas, compreender diferentes hábitos, explorar sentimentos e estimular a imaginação. Na educação das infâncias, assumem uma importância ainda maior, uma vez que contribuem significativamente para a formação da criança, para a sua inserção na cultura escrita, auxiliando na aquisição de diversas competências e habilidades. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva discutir a Leitura e a Literatura na educação das infâncias a partir da análise da Base Nacional Comum Curricular (2017) e da Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Educação Infantil e Ensino Fundamental (2020). A BNCC se refere ao documento normativo que orienta a educação brasileira, desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. A Proposta Curricular da Paraíba, por sua vez, norteia e subsidia as instituições de educação do Estado, de forma articulada com o proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e na BNCC. A partir destes normativos, busca-se responder aos seguintes questionamentos: quais as orientações curriculares existentes nos documentos que contemplam a leitura e a literatura? As práticas pedagógicas com ênfase na formação leitora possuem diferenças entre os documentos e entre a educação infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais? Nesse viés, nosso trabalho adota uma abordagem qualitativa e se configura enquanto pesquisa documental (Gil, 2008). Autores como Isabel Solé (2014) e Cosson (2009) compõem o referencial teórico. A partir do estudo, evidencia-se que os documentos curriculares possuem aproximações na abordagem didática e apresentam a leitura literária enquanto prática pedagógica. A leitura ganha ênfase, sobretudo, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que se constitui enquanto um dos quatro eixos do currículo de língua portuguesa, considerada como um caminho para a formação do cidadão crítico, reflexivo e autônomo.

Palavras-chave: Educação das Infâncias, Documentos Curriculares, Leitura, Literatura.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi produzido a partir das discussões realizadas no âmbito do Projeto de Extensão “Brincar e aprender: construindo um espaço interativo para os/as

¹ Graduanda do Curso de Letras Língua-Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba- UFPB/CCAE, elianemarquesbatista1@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Letras Língua-Portuguesa da Universidade Federal da Paraíba - UFPB/CCAE, Arcanjocamilla@gmail.com;

³ Professora Orientadora. Docente do Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE/ UFPB. E-mail: laispaulamedeiros@gmail.com.



filhos/as das discentes do Campus IV – UFPB”, vinculado ao Departamento de Educação do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba. Como um dos eixos do referido projeto, a literatura destaca-se pelo seu potencial na educação das infâncias, seja em ambientes de educação escolar ou em espaços não-escolares.

Notadamente, a leitura e a literatura constituem-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e para o convívio em sociedade. Por meio delas, é possível acessar diferentes culturas, compreender distintas realidades, explorar sentimentos e estimular a imaginação. Essa relevância assume contornos ainda mais decisivos na educação das infâncias, etapa em que a literatura e as práticas de leitura contribuem significativamente para a formação integral da criança, para a sua inserção na cultura escrita e para a aquisição de competências e habilidades que a acompanharão por toda a vida.

Diante dessa centralidade, torna-se imprescindível investigar como as práticas de leitura e literatura são concebidas e orientadas nos documentos que norteiam a educação básica no Brasil, especificamente, no estado da Paraíba. A forma como esses normativos estruturam o trabalho pedagógico com a leitura literária impacta diretamente a formação de futuros leitores. Nesse contexto, este trabalho se debruça sobre a análise de dois documentos basilares: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de âmbito nacional, e a Proposta Curricular do Estado da Paraíba, que subsidia as instituições de educação do estado de forma articulada à BNCC.

O objetivo principal deste artigo é, portanto, discutir a Leitura e a Literatura na educação das infâncias a partir da análise destes documentos curriculares. Nesse intuito, buscamos responder aos seguintes questionamentos: Quais as orientações curriculares existentes na BNCC e na Proposta Curricular da Paraíba que contemplam a leitura e a literatura? As práticas pedagógicas com ênfase na formação leitora possuem diferenças entre os documentos e entre as etapas da educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Para responder a essas questões, adotou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa. De acordo com Gil (2021, p. 15), recorre-se à pesquisa qualitativa quando se pretende “conhecer a essência de um fenômeno, descrever a experiência vivida de um grupo de pessoas, compreender processos integrativos ou estudar casos em



profundidade”. Minayo (2007), por sua vez, caracteriza a pesquisa qualitativa pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento. A pesquisa se configura ainda como documental que, conforme apontado por Gil (2008, p. 43), é aquela que se baseia em “materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Nesse caso, especificamente, os documentos curriculares elencados.

Para a análise destes documentos, nos baseamos teoricamente nas contribuições de autores como Paulo Freire (2001), Isabel Solé (2014), no que tange aos processos de leitura, e Rildo Cosson (2009), no que se refere ao letramento literário. Com vistas a alcançar os objetivos propostos, este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresentamos o arcabouço teórico que discute os conceitos de leitura e literatura na educação das infâncias. Na segunda, apresentamos os documentos curriculares e procedemos à análise. Por fim, nas considerações finais, são sintetizados os principais resultados da pesquisa e suas implicações para a formação docente.

A LEITURA E A LITERATURA NA EDUCAÇÃO DAS INFÂNCIAS

Ao iniciar uma análise acerca da aprendizagem na educação das infâncias, é necessário compreender que este processo não pode ser entendido como uma vivência única e linear, mas sim como um agrupamento de experiências individuais. A vivência de cada criança é uma experiência única, e reconhecer esta diversidade é de extrema importância para a construção de uma prática educativa que acolha e valorize as diferenças. Neste contexto, o processo de aprendizado da leitura e da escrita ocupa um lugar de destaque, apresentando-se como direito fundamental para as crianças neste período da aprendizagem, pois representa como fundamento essencial para a construção do saber, da cultura e da cidadania.

Os processos da leitura e da escrita vão além da função meramente técnica e adquirem caráter formativo e libertador. Paulo Freire (2001), na sua obra *A importância do ato de ler*, afirma que ler não é um simples processo de decodificação de signos gráficos, mas um método de compreender o mundo, atribuindo valores e significados às suas experiências vivenciadas no cotidiano e criando possibilidades de interferir



positivamente na sua realidade. A partir desta perspectiva, a escola necessita reconhecer que a leitura não se inicia com apenas um livro didático, mas a partir dos múltiplos recursos de expressão, reforçando que o processo de aprendizagem da leitura e da escrita deve ser assegurado como uma prática social e cultural que possibilita que a criança desenvolva e amplie os horizontes da sua vida.

Compreender o processo da leitura vai além da mera decodificação das palavras e dos sons; ler é dialogar com o mundo, construindo sentido a partir da utilização de diversas linguagens, sendo elas verbais, visuais, musicais ou gestuais. Paulo Freire (2001, p. 11) nos recorda que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”, enfatizando que as crianças iniciam seu processo de aprendizagem antes da alfabetização tradicional; elas já desenvolvem a capacidade de interpretar e construir sentido a respeito do seu cotidiano. Dessa maneira, é necessário que desde cedo a criança tenha contato com diferentes gêneros textuais, para possibilitar a construção dos sentidos e dos significados que articulam com sua experiência de vida e sua imersão cultural, contribuindo com o desenvolvimento da sua criatividade e desenvolvimento do seu pensamento crítico, ao mesmo tempo em que desperta o prazer estético associado às práticas lúdicas.

A leitura infantil desempenha um papel fundamental no processo formativo da criança, permitindo o acesso a diversos universos simbólicos, desenvolvendo a imaginação, experimentando emoções e construindo sua identidade cultural, possibilitando que a criança dialogue com diversas visões de mundo, perspectivas e valores. Neste contexto, a literatura assume uma função principal, pois está relacionada a como um gênero é pensado para um determinado público e sendo legitimado a partir das compreensões que a sociedade constrói sobre a infância. Segundo Hunt (2010, p. 45), “o texto infantil prevê um leitor implícito, alguém em formação, cuja leitura é moldada pelas experiências e pela idade”, o livro infantil pode ser visto entendido a partir da ideia do “leitor implícito”, o sujeito em formação, que mesmo sendo limitado pela sua idade, é capaz de atribuir sentido próprios as obras que fazem a leitura. Dessa forma, os textos de literatura infantil devem respeitar as competências linguísticas e as experiências de vida de uma criança e, ao mesmo tempo, oferecer novas oportunidades de interpretações e descobertas de novos conhecimentos.

Para ser considerado um bom livro de literatura infantil, esse livro tem a



necessidade de dialogar com as vivências do cotidiano de uma criança, mas ao mesmo tempo, despertar, provocar e ampliar novos horizontes, instigando a imaginação da criança. Abramovich (1997, p. 23) destaca que “é lendo que a criança pode viajar por lugares nunca visitados, viver aventuras inimagináveis e descobrir a si mesma em cada personagem”, enfatizando o poder do encantamento e de conduzir a descoberta desse gênero. As linguagens visuais e verbais que organizam a literatura infantil necessitam ser elaboradas de uma maneira para atrair a atenção e interesse dos pequenos leitores, principalmente, para desenvolver a capacidade de criação.

Contudo, a mediação de um professor se torna um fator determinante neste processo, pois ele tem o dever de aproximar a criança da leitura de um livro, estimulando as suas explorações e promovendo momentos de diálogos que vão estimular as interações que ampliem a interpretação de texto. Cosson (2009, p. 23) lembra que “o letramento literário é a experiência de leitura que forma o leitor para viver a literatura” e reforça que o contato com obras literárias não pode se restringir a práticas pedagógicas mecânicas e pré-moldadas, mas necessita ser uma atividade que desperte o envolvimento estético e criativo da criança. Neste processo, o livro deve ser apresentado como um brinquedo, que carrega várias aventuras e diversas possibilidades de novas descobertas, assim prendendo a atenção e despertando o prazer e a curiosidade na leitura.

Desse modo, a formação leitora infantil deve estar fundamentada na compreensão de que o ato da leitura não é apenas desenvolvido de uma forma técnica, mas a partir de uma prática social e cultural que colabora com o crescimento da formação ética e social do indivíduo. Freire (2001) evidencia que a aprendizagem da leitura requer interpretação da realidade e a atribuição de sentido às experiências. Assim, a literatura não se limita a um recurso didático, mas é um instrumento capaz de estimular a imaginação, a sensibilidade e promover a emancipação humana.

Neste contexto, é importante levar em consideração as atribuições de Isabel Solé (2014, p. 68), que afirma: “ler é um processo de interação entre leitor e texto, em que o leitor constrói uma compreensão a partir de seus objetivos e conhecimentos prévios”. Estas perspectivas evidenciam como o contato com diversos gêneros textuais, combinado com as construções de significados e pelas vivências de cada criança, auxilia para uma formação de sentido e amplia a compreensão de mundo. Hunt (2010, p. 45)



complementa ao explicar que “o texto infantil prevê um leitor implícito, alguém em formação, cuja leitura é moldada pelas experiências e pela idade”, o que enfatiza a importância de obras que respeitem, mas estimulem a capacidade leitora da criança. Quando garantimos o direito das crianças ao acesso a diversos textos, linguagens e vivências literárias, promovemos não apenas uma simples aprendizagem escolar, mas a construção de pessoas com a capacidade de compreender o mundo e se reconhecer como um protagonista de sua história com o poder de transformação. Desta forma, a leitura e a literatura são ferramentas fundamentais para o desenvolvimento das crianças na educação das infâncias, garantindo o acesso ao saber e o exercício da cidadania do indivíduo.

Portanto, reafirmamos que o desenvolvimento da leitura na educação infantil deve estar baseado na compreensão de que o ato da leitura vai além de uma habilidade técnica, mas representa um direito fundamental a uma expressão cultural. Influenciados por Freire (2001), “entendemos que ensinar a ler é ensinar a interpretar o mundo e a intervir nele”. Nesta perspectiva, a leitura não deve ser entendida como um simples instrumento pedagógico, mas ser reconhecida como porta de acesso à imaginação, à sensibilidade e à libertação do sujeito para formação de sua autonomia para ser crítico e ser ciente de seu papel na sociedade.

UM OLHAR SOBRE OS DOCUMENTOS CURRICULARES

Ao longo desta seção, trataremos das orientações curriculares existentes na BNCC e na Proposta Curricular da Paraíba que contemplam a leitura e a literatura, bem como discutiremos sobre as respectivas práticas pedagógicas adotadas pelos documentos com ênfase na formação leitora na educação das infâncias. Diante desse cenário, antes da análise dos documentos oficiais, cabe destacar que compreendemos a educação das infâncias como o período dos anos da educação infantil (crianças de 0 a 5 anos de idade) e anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

A BNCC (2017) é um dos mais importantes documentos educacionais do país. Responsável não apenas por nortear e estabelecer os princípios que regem a educação do Brasil, o documento visa garantir que todos os estudantes tenham, sobretudo, acesso a uma educação de qualidade. Embora a implementação oficial da BNCC só tenha



ocorrido em 2017, a criação desse documento já estava prevista desde a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que previam a criação de um documento que assegurasse uma formação comum para os alunos da educação básica.

A BNCC está organizada de maneira “[...] a explicitar as competências que devem ser desenvolvidas ao longo de toda a Educação Básica e em cada etapa da escolaridade [...]” (Brasil, 2017, p. 23). Nesse sentido, o documento apresenta ao longo das três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) uma série de competências básicas que deverão ser desenvolvidas pelos alunos em cada respectiva fase e componente curricular. Em síntese, o documento apresenta, dentro de cada área do conhecimento, desde língua portuguesa até história, uma estrutura específica para cada área do conhecimento com os campos de experiências, habilidades, unidades temáticas, objetos do conhecimento, dentre outros.

Embora o documento vise assegurar uma educação de qualidade para os estudantes, ao estabelecer para todos os mesmos princípios educacionais, é possível notar que a implementação do documento nas instituições de ensino visa “uniformizar” o currículo das escolas e, conseqüentemente, o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, conforme destacam Albino e Silva (2019):

A aprendizagem é apresentada de forma massificada, com a descrição detalhada de “tudo” o que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. Nessa perspectiva, a diferença, sobretudo quando tratamos de políticas de inclusão/deficiência, fica descaracterizada e inferiorizada. (Albino e Silva, 2019, p. 141).

Embora a proposta do documento seja importante e necessária, as diferentes necessidades e contextos dos alunos e das respectivas instituições escolares acabam não sendo considerados nessa proposta. Para que se garanta uma educação de qualidade e com equidade, é necessário que, antes de tudo, o contexto e a realidade do aluno sejam considerados. É somente partindo de situações reais e concretas que se estabelecem políticas públicas verdadeiramente eficientes.

Devido a esse distanciamento entre a teoria posta na BNCC e as particularidades dos alunos e alunas do nosso país, a BNCC (2017) tem se tornado cada vez mais alvo de críticas e debates nos últimos tempos. Segundo Albino e Silva (2019) a definição das habilidades e competências presentes no documento são exportadas dos sistemas de



ensino de outros países, desconsiderando a realidade educacional do próprio país em questão:

O texto parte da exterioridade para justificar a qualidade dos processos de aprendizagem; na própria descrição inicial, a potência discursiva não evidencia o pluralismo e as próprias condições da escola brasileira e nem mesmo um breve perfil de quem são os discentes para quem foi elaborada a proposição curricular (Albino e Silva, 2019, p. 142).

Diante desse contexto, percebe-se que, embora a proposta do documento tenha como objetivo garantir princípios educacionais eficientes e uma educação de qualidade, o documento apresenta algumas inconsistências, especialmente no que concerne às particularidades dos discentes. Cabe, assim, aos professores não apenas conhecer o documento, mas pensar as suas práticas pedagógicas para além do que é proposto.

No que diz respeito à leitura e à literatura, objetos de estudo deste trabalho, constatamos que a BNCC (2017) reconhece que ambas são elementos fundamentais para o desenvolvimento da criança e que devem ser trabalhadas desde muito cedo, a fim de estimular o interesse pela leitura literária e promover o desenvolvimento de determinadas habilidades e competências. Nesse sentido, a BNCC (2017) aponta algumas estratégias para o trabalho com a leitura em sala de aula nas diferentes fases da educação básica.

Na etapa da educação infantil (0 a 5 anos de idade), responsável por propiciar esse primeiro contato das crianças com o texto literário, o documento aponta enquanto alguns dos objetivos da aprendizagem nessa fase que as crianças devem “Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e apresentações musicais, expressar suas ideias e sentimentos através da linguagem oral/escrita, recontar histórias ouvidas” (Brasil, 2017) e dentre outras.

Já na etapa do ensino fundamental, tendo em vista que esta é a fase de maior duração da educação básica, o documento destaca a articulação dos conteúdos vistos nessa fase com as experiências vivenciadas na educação infantil. Ou seja, há uma progressão de conteúdos já trabalhados pelos alunos. Nesse caso, a leitura e a literatura que antes eram trabalhadas de maneiras introdutórias passam a ganhar mais destaque e a alfabetização passa a ser o centro dessa etapa:

[...] o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. Afinal, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente:



amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social (Brasil, 2017, p. 63).

No que concerne às práticas pedagógicas mencionadas no documento, observamos que a proposta adotada pelo educador tem um papel essencial no desenvolvimento do interesse do aluno pela leitura e pela literatura. O professor, enquanto mediador entre os textos e as crianças, deve propiciar o contato com diferentes gêneros textuais, a fim de que o aluno adquira familiaridade com esses gêneros e compreenda as particularidades de cada um deles. De acordo com a BNCC (2017, p. 42), “o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros”.

Para além dessas habilidades, a leitura do texto do literário propicia o desenvolvimento de diversas outras habilidades, tais como a ampliação do repertório sociocultural do aluno, conhecimento de mundo, criatividade, dentre outras. Se estimulada desde cedo, a leitura pode trazer inúmeros benefícios, que vão desde os cognitivos até mesmo os socioemocionais. Para tanto, é preciso de ferramentas que viabilizem esse trabalho tão necessário em sala de aula.

A Proposta Curricular da Paraíba, por sua vez, é um documento mais recente se comparado à BNCC. Implementada em 2020, a proposta passou por um longo processo de elaboração e revisão e contou com auxílio do MEC, de professores da rede estadual de ensino e de pesquisadores. Assim, se trata de “uma proposta curricular legitimada pelo viés democrático, sedimentada no diálogo direto com o professor, que vivencia diariamente experiências com o estudante (...)” (Paraíba, 2020, p. 15).

Assim como a BNCC (2017), a Proposta Curricular da Paraíba (2020) contempla todas as áreas de ensino e estabelece as respectivas habilidades e competências a serem desenvolvidas em cada etapa. No entanto, ela direciona-se apenas à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental. Em síntese, o documento contempla todos os elementos abordados na BNCC e garante que os estudantes paraibanos dessas etapas tenham acesso às habilidades previstas na BNCC. Além dos conteúdos, o documento também reconhece a importância de diversos elementos do ambiente escolar que interferem na aprendizagem dos alunos, tais como o PPP, a infraestrutura da escola,



formação do professor, espaço, avaliação e materiais didáticos.

Assim como a BNCC, a Proposta Curricular da Paraíba também reconhece a importância da leitura e da literatura para a aprendizagem da criança. Na fase da educação infantil, o documento aponta que “a leitura deve ser uma fonte de prazer, de desenvolvimento da imaginação e da aprendizagem (...)” (Paraíba, 2020, p. 46). Diante dessa perspectiva, percebe-se que o documento apresenta uma concepção de leitura que vai muito além da mera decodificação de palavras, reconhecendo-a como uma prática social importante não só pelo seu caráter educativo, mas também pelo valor estético.

A leitura, por sua vez, permite ampliar as possibilidades tanto de se aprender nas demais áreas de estudo escolar quanto de se adquirir autonomia para construção dos conhecimentos fora da escola. Ela é, inquestionavelmente, o caminho para a formação do cidadão crítico, reflexivo e, sobretudo, autônomo no seu agir. (Paraíba, 2020, p. 79).

De acordo com a perspectiva apresentada no documento, a leitura é uma prática que amplia horizontes e permite o exercício da autonomia dos indivíduos na sociedade. Ela desempenha um papel crucial não somente no ambiente escolar, mas também no nosso cotidiano e nas interações sociais que realizamos.

Na etapa do Ensino Fundamental, o documento aponta a valorização de práticas lúdicas, que despertem o interesse dos alunos e garantam a articulação necessária entre a educação infantil e o ensino fundamental. Além disso, o documento também sugere a ênfase em “práticas sociais significativas de leitura e escrita no âmbito da escola” (Paraíba, 2020, p. 74). Desse modo, o documento evidencia a necessidade de situações que estejam conectadas com o cotidiano e com a realidade dos estudantes.

No que diz respeito às práticas sugeridas para o trabalho da leitura e da literatura em sala de aula, o documento também aponta para o trabalho com os diversos gêneros textuais, assim como a BNCC. Uma outra prática mencionada no documento e que é extremamente proveitosa para os estudantes são os projetos de letramento (PL):

Os PL requerem etapas bem definidas de planejamento, elaboração e execução em torno de um gênero textual/discursivo. Por isso, é importante trabalhar com Sequências Didáticas (SD), definindo cada etapa, tais quais: apresentação da situação, produção inicial, sequência de módulos e produção final (...) (Paraíba, 2020, p. 119).

Os PL são propostas mediadas pelo uso da linguagem escrita, da oralidade e da



leitura; eles partem de situações reais, concretas, geralmente ligadas às próprias questões escolares ou à exploração de temas transversais, podendo inclusive ser desenvolvidos com o apoio de professores de outras disciplinas. O documento explica de forma muito clara, passo a passo, como esses projetos podem ser desenvolvidos. Ademais, é possível notar também que os projetos de letramento se diferenciam de outras práticas mais “tradicionais” justamente porque não se limitam à simples decodificação, mas põem o aluno em contato com situações concretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, nos dedicamos a compreender de que modo a Base Nacional Comum Curricular (2017) e a Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Educação Infantil e Ensino Fundamental (2020) apresentam e discutem a leitura e a literatura na educação das infâncias. A análise, que assumiu um viés comparativo, se propôs a responder dois questionamentos: quais as orientações curriculares existentes que contemplam a leitura e a literatura? e se as práticas pedagógicas com ênfase na formação leitora possuem diferenças entre os documentos e entre as etapas da educação infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

A partir da análise embasada nos referenciais teóricos e metodológicos adotados, é possível indicar os principais achados da pesquisa. Inicialmente, identificamos que ambos os documentos apresentam e reconhecem a leitura e a literatura como elementos fundamentais para a formação dos estudantes da educação básica. Existe, assim, uma coerência entre os documentos e o alinhamento da proposta estadual com o definido a nível nacional. A formação leitora e o interesse pela leitura literária são apontados como habilidades a serem estimuladas e desenvolvidas desde a Educação Infantil.

É importante destacar a progressão e a diferenciação que os dois documentos apresentam no que se refere ao proposto para a Educação Infantil e para a primeira etapa do Ensino Fundamental. Enquanto na primeira etapa a leitura e a literatura fazem parte, sobretudo, da construção de um ambiente de fruição, de desenvolvimento da imaginação e de contato inicial com a leitura, nos Anos Iniciais, destaca-se a necessidade do trabalho com a diversidade de gêneros textuais e o foco na alfabetização.

No que se refere às práticas pedagógicas sugeridas, constatamos que, neste



aspecto, a Proposta Curricular da Paraíba avança em relação a BNCC, propondo metodologias contextualizadas, com orientações detalhadas. Os Projetos de Letramento são indicados para serem trabalhados a partir de sequências didáticas que devem partir de situações concretas, contextos reais que se conectem à realidade dos estudantes.

Nesse sentido, o documento dialoga diretamente com os referenciais teóricos que embasaram nosso estudo, sobretudo, o exposto por Freire (2001) ao explicitar o caráter formativo, libertador e de formação humana e cidadã que pode advir da formação leitora em práticas sociais significativas integradas à perspectiva do letramento. Concluimos destacando as contribuições desta pesquisa para os estudos curriculares e enfatizando a relevância da formação docente para que se efetivem práticas pedagógicas significativas que envolvam a leitura e a literatura.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **A importância da literatura infantil**. In: ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil*. 5. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- ALBINO, Ângela Cristina Alves; SILVA, Andréia Ferreira. **BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências**. *Retratos da Escola*, 13(25), p. 137–153, 2019. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.966>. Acesso em: 21 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. São Paulo: Cosacnaif, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- PARAÍBA. Secretaria da Educação. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba**. João Pessoa, 2020
- SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Tradução: Claudia Schilling. 6.ed. e.PUB. Porto Alegre: Penso, 2014.

